

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 5688/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e tendo sido obtida a anuência do interessado e do conselho de gerência da empresa, requisito ao Metropolitano de Lisboa, E. P., o licenciado António Farinha do Amaral para exercer funções de vogal executivo do conselho de administração da EMEF — Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., enquanto se mantiver no exercício dessas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Dezembro de 2005.

4 de Janeiro de 2006. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Despacho n.º 5689/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, ao abrigo dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da faculdade que me é conferida pelo despacho n.º 16 347/2005 (2.ª série), de 7 de Julho, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, subdelego no presidente do conselho de administração do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), licenciado Eduardo da Silva Martins, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Aprovar os programas das provas de conhecimentos a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

1.2 — Autorizar a utilização de veículos próprios em serviço, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;

1.3 — Conceder licenças sem vencimento até um ano, ou de longa duração, bem como autorizar o regresso à actividade, nos termos dos artigos 72.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;

1.4 — Determinar a suspensão preventiva de funcionários ou agentes em processos disciplinares, a que se refere o n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

1.5 — Aprovar mapas e plantas parcelares de expropriações;

1.6 — Autorizar, nos termos previstos na lei, as embarcações de comércio, auxiliares e rebocadores a operar, em situações pontuais, fora das zonas de navegação correspondentes aos respectivos registos;

1.7 — No âmbito do Regulamento Geral das Capitánias, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/72, de 31 de Julho:

- a) Autorizar a reforma do registo por mudança de classificação de todas as embarcações, com excepção das de pesca, nos termos do artigo 82.º;
- b) Autorizar a transferência do registo das embarcações de comércio, rebocadores e auxiliares, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º;
- c) Aprovar a atribuição do nome às embarcações de cabotagem e de longo curso, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 109.º;

1.8 — Autorizar o registo, a título temporário, das embarcações de comércio tomadas de fretamento em casco nu, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 287/83, de 27 de Julho;

1.9 — Autorizar o embarque dos tripulantes estrangeiros nos navios registados no Registo Internacional dos Navios da Madeira (RIN-MAR) para além do máximo estipulado nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de Março, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 248/2002, de 8 de Novembro.

2 — Ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, subdelego ainda no presidente do conselho de administração do IPTM a competência para aprovar a escolha prévia do tipo de procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º, até ao montante de € 500 000.

3 — Ficam autorizadas as subdelegações das competências previstas nos números anteriores, salvo quando a lei ou o subdelegante disponha em contrário.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 14 de Março de 2005, ficando ratificados os actos entretanto praticados, desde essa data, no âmbito das matérias compreendidas nesta subdelegação.

4 de Janeiro de 2006. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes

Rectificação n.º 371/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2006, o aviso n.º 2260/2006 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Carlos Dinis Santos Marques» deve ler-se «Carlos Dinis dos Santos Marques».

22 de Fevereiro de 2006. — A Presidente, *Natércia Cabral*.

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Despacho (extracto) n.º 5690/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais de 20 de Fevereiro de 2006:

Minervina Maria Fonseca Estêvão, fiel de armazém do quadro de pessoal da OSMOP, na situação de destacada na Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais — provida na carreira/categoria de auxiliar administrativo do quadro permanente desta Direcção-Geral, com efeitos à data da aceitação do novo lugar, mediante reclassificação profissional, ao abrigo dos artigos 4.º, alínea e), e 6.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

A referida funcionária optou pelo desenvolvimento indiciário da categoria de origem. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Despacho (extracto) n.º 5691/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais de 21 de Fevereiro de 2006:

Licenciado Carlos António Gomes Mamede, técnico profissional principal da carreira técnico-profissional do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais — nomeado, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para a realização do estágio de ingresso na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Foi nomeado o seguinte júri de estágio:

Presidente — Dr.ª Maria Gilda Macedo Costa, directora de serviços, a quem competirá a orientação do estágio.

Vogais efectivos:

Dr. António Manuel Monteiro Cardoso, assessor principal da carreira técnica superior, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Engenheiro Alberto Augusto Soares Pinto, assessor da carreira técnica superior.

Vogais suplentes:

Dr. Luís Manuel de Sousa Guerreiro, técnico superior principal da carreira técnica superior.

Dr.ª Maria Adelina Pinto Dias Rocha, assessora principal da carreira técnica superior.

22 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Gabinete de Estudos e Planeamento

Aviso n.º 3024/2006 (2.ª série). — Por despacho do subdirector do Gabinete de Estudos e Planeamento de 20 de Fevereiro de 2006, no uso de competência delegada, foi nomeado o júri do estágio do técnico superior estagiário admitido na sequência de concurso interno de ingresso aberto pelo aviso n.º 8266/2005 (2.ª série), de 14 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 23 de Setembro de 2005, o qual terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciado José António Teixeira Grosso, chefe da Divisão Administrativa, ao qual compete a orientação do estágio.

Vogais efectivos:

Licenciada Ana Isabel de Jesus Carço dos Santos, chefe da Divisão de Planeamento e Programação.

Licenciada Maria Cidália Melo de Carvalho, assessora principal.

Vogais suplentes:

Licenciada Elisabete Azevedo Fernandes, assessora principal.

Licenciada Custódia de Jesus Arsénio, técnica superior de 1.ª classe.

20 de Fevereiro de 2006. — O Chefe da Divisão Administrativa, *José Teixeira Grosso*.

Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, I. P.

Despacho n.º 5692/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Nos termos dos artigos 36.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e ao abrigo do artigo 21.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 299-B/98, de 29 de Setembro, e no âmbito das competências que me foram delegadas pela deliberação do conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, de 15 de Dezembro de 2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de Janeiro de 2006, com o n.º 99/2006, subdelego no director assessor da área de engenharia, engenheiro João da Luz Antunes, com a faculdade de subdelegação, as competências que me foram delegadas através daquela deliberação, no âmbito de:

- Regulamentos gerais de segurança (RGS);
- Instruções gerais de sinalização (IGS);
- Instruções de sinalização (IS);
- Instruções complementares de segurança (ICS);
- Instruções de exploração técnica (IET);
- Instruções complementares de exploração técnica (ICET).

2 — Consideram-se ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito da presente delegação de competências.

14 de Fevereiro de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *Jorge Andrade Martins*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Deliberação (extracto) n.º 305/2006. — Por deliberação da direcção do LNEC de 21 de Fevereiro de 2006:

Dr.ª Filipa Maria Correia Ramos Figueiredo, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal deste Laboratório Nacional — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica superior de 1.ª classe do mesmo quadro, no escalão 1, índice 460, da carreira técnica superior, na área funcional de gestão pública, difusão da cultura científica e tecnológica, logística e manutenção, no domínio da gestão, com efeitos a partir da data de aceitação, considerando-se exonerada do actual lugar a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Secretaria-Geral

Despacho n.º 5693/2006 (2.ª série). — Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, a que se reportam os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º daquele diploma legal, deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao cargo a prover;

Considerando que, pelo aviso n.º 6266/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 22 de Maio de 2003, foi aberto concurso para o provimento do cargo de director de serviços de Relações Públicas desta Secretaria-Geral e que, concluído agora o mesmo, foi classificada em 1.º lugar a licenciada Maria Leonor Fonseca Madeira;

Considerando que se encontram cumpridos todos os procedimentos de recrutamento e selecção determinados pela Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, mantida em vigor por força do disposto no artigo 37.º, n.º 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para o provimento do cargo de director de serviços de Relações Públicas desta Secretaria-Geral;

Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º e dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º e, ainda, atento o disposto no n.º 4 do artigo 37.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio directora de serviços de Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a licenciada Maria Leonor Fonseca Madeira, técnica superior principal do Instituto de Defesa Nacional, actualmente a desempenhar o cargo de chefe de divisão na Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

27 de Fevereiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, I. P.

Aviso n.º 3025/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Fevereiro de 2006 do director, no uso da competência própria conferida pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

Licenciadas Natália dos Anjos Bento, Margarida Alexandra Soares Nunes Mourato e Ana Bela de Jesus Pereira, técnicas superiores de 1.ª classe do quadro de pessoal deste Departamento — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, técnicas superiores principais, da carreira técnica superior, no mesmo quadro, ficando exoneradas dos lugares que ocupam a partir da data da aceitação da nomeação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Fevereiro de 2006. — O Subdirector, *Manuel Antunes Pinto*.

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

Despacho n.º 5694/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 16 de Fevereiro de 2006 e por reunir os requisitos legais necessários e possuir o perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso através da necessária publicitação legal, nomeio, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a mestre Antonieta do Rosário Pinto Sebastião Rodrigues Ministro, assessora do quadro de pessoal do ex-Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do então Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau de directora de serviços de Estudos do Emprego, Formação Profissional, Trabalho e Rendimentos do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da funcionária nomeada.

A presente nomeação produz efeitos à data do presente despacho. A vaga que vai ocupar é resultante do lugar criado pelo mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 137/2003, de 28 de Junho, e nunca provida.

16 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares*.

Síntese biográfica

Antonieta do Rosário Pinto Sebastião Rodrigues Ministro, licenciada em Economia, área de Economia Internacional (1992 — ISEG-UTL) e mestre em Economia e Política Social (1997 — ISEG-UTL). Frequentou o 2.º curso de pós-graduação em Direito da Inclusão no Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2004 e encontra-se, actualmente, a frequentar o curso de doutoramento/mestrado em Sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Desde Junho de 2003 é chefe de divisão de Emprego e Formação Profissional da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, onde, desde Setembro de 1998, é técnica superior e tem desempenhado funções nas áreas do emprego, formação profissional, trabalho e rendimentos, com particular destaque para as tarefas relativas à ela-